

Pellon  
& Associados

A D V O C A C I A

RIO DE JANEIRO SÃO PAULO VITÓRIA

Ano 7, n.49, abril 2016



ressaqueiro  
ONLINE

No País e no Mundo

## ARTIGO 3

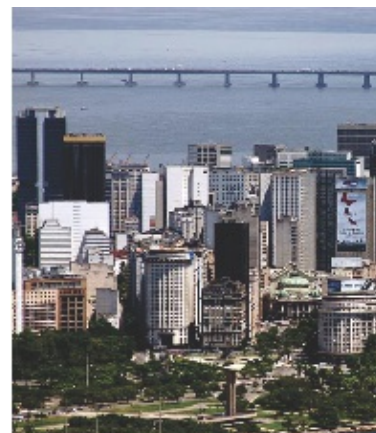
Princípios e Regras de Direito Aplicáveis ao Contrato de Resseguro Internacional-*PRICL*  
Sergio Barroso de Mello

## CONTRATO DE RESSEGURO 6

O Prêmio no Contrato de Resseguro e a Obrigação do Ressegurador  
Sergio Barroso de Mello



Resultado Financeiro Anual do LLOYD'S 2015 17



Projeto de criação do Polo de Resseguro será entregue ao Min. Fazenda até junho 16

## SWISS RE 8

Segundo estudo *sigma* da Swiss Re, perdas globais seguradas decorrentes de desastres alcançaram US\$ 37 bilhões em 2015

## RATING SEGUROS 11

Em março, o ICSS teve alta expressiva

## AGENDA / EVENTOS 12

## CLIPPING 13



Volume de resseguro cedido pelas seguradoras brasileiras chega a R\$ 10,1 bi 18



# Princípios e Regras de Direito Aplicáveis ao Contrato de Resseguro Internacional - *PRICL*



**SERGIO BARROSO DE MELLO**

Sócio-fundador e Membro do Conselho de Pellon & Associados Advocacia

## INTRODUÇÃO

A Universidade de Zurique, com o apoio do *Swiss National Funds*, da *Austrian Science Funds* e do *German Research Foundation*, criou grupo de especialistas em nível internacional, para elaboração dos princípios e regras de direito aplicáveis ao contrato de resseguro, que deverão se tornar referência na solução de conflitos entre seguradores e resseguradores, em nível global. O Projeto foi denominado *PRICL*, por ser a abreviatura de *Principles of Reinsurance Contract Law*, razão pela qual permitimo-nos utilizar essa expressão ao longo dessas linhas.

## SIGNIFICADO DO *PRICL*

O *PRICL* é um conjunto de regras e princípios de direito privado aplicáveis ao contrato de resseguro, não vinculativas. Pode ser qualificado como *soft law* (lei branda).

O objetivo é prover o Setor de Seguro e Resseguro mundial de elementos técnicos e jurídicos capazes de garantir segurança aos contratantes de um resseguro. O uso do *PRICL* poderá ser feito por meio de cláusulas compromissórias de arbitragem inseridas nos contratos de resseguro, nas quais se estabeleça a sua utilização como norma de solução das disputas submetidas à arbitragem.

O *PRICL* não pretende reinventar a lei de resseguros. Pode ser considerado como espécie de codificação privada ou "atualização" do direito de resseguro global existente, porque incorpora boa parte dos usos e costumes internacionais consagrados em termos de resseguro.

O *PRICL* tem por objetivo reafirmar as normas atuais de resseguro, sem alterá-las.

## O QUE O *PRICL* NÃO É

O *PRICL* não será redigido para servir de lei modelo e não necessita de qualquer legis-

lação para a sua utilização. Basta que as partes optem pelo *PRICL* como a lei que rege o contrato de resseguro, inserindo tal premissa em cláusula compromissória de arbitragem. Justo porque os mercados de resseguro são absolutamente globais, o direito aplicável aos contratos de resseguro não pode ser tratado apenas em nível regional. Neste sentido, regras como as do *PRICL* preveem sempre um conjunto de normas uniformes em nível global, sem impedir o desenvolvimento do direito dos contratos de resseguro.

O *PRICL* não será jamais imposto às partes no contrato. Elas o aplicarão apenas quando escolhê-lo como a "lei" que rege o seu contrato. Mesmo que as partes optem pelo regime do *PRICL*, estarão livres para excluir certos princípios do âmbito de aplicação, bem como alterá-los ou mesmo variar os seus efeitos.

Devido à sua natureza inteiramente não vinculativa, o *PRICL* não interfere com os produtos oferecidos nem com as cláusulas tradicionais usadas nos mercados internacionais de resseguros. Ao contrário, o *PRICL* deverá facilitar a oferta internacional de produtos de resseguro, bem como a utilização de cláusulas modelo, porque fornecerá um conjunto harmonizado de



regras gerais de produtos e cláusulas modelo. Na medida em que as regras do **PRICL** tenham por base a experiência técnica e jurídica consagradas no resseguro internacional, haverá consequente previsibilidade de resultados, independente da jurisdição a que o contrato de seguro está intimamente relacionado.

#### POR QUE ESCOLHER O **PRICL**?

A escolha adequada da lei e dos princípios que regem o contrato de resseguro é a melhor maneira de criar segurança jurídica às partes na solução dos conflitos. Isto porque se trata de tipo contratual cujas cláusulas podem ter interpretações das mais diversas, dependendo do local e do direito aplicável (Exemplo: *civil law* – países latinos ou *comun law* – países anglosaxônicos). Em virtude do caráter internacional das operações de resseguro, várias jurisdições podem se envolvidas na solução do litígio e, conseqüentemente, a análise aprofundada de cada lei aplicável não seria juridicamente viável.

Por outro lado, esse impacto não pode ser totalmente evitado através da incorporação de cláusulas modelo, por várias razões. Mas a principal é a falta de abrangência das regras modelo, o que lhe retira a garantia jurídica suficiente à interpretação justa, correta e uniforme por diferentes Tribunais de arbitragem ou ordinários. Mesmo que as partes se comprometam vincular e se submeter à determinada lei, encontrarão dificuldades em estabelecer o seu conteúdo para aplicação à atividade de resseguro. Isto porque é comum se deparar com a ausência de fontes de direito no campo do próprio resseguro.

Já a jurisprudência dos Tribunais, tanto no Brasil quanto no exterior, não serve de guia seguro, porque não abordou as grandes questões jurídicas surgidas nas controvérsias de resseguro ou o fez apenas em certos aspectos, sem se aprofundar no estudo e decisão sobre principais institutos oriundos das cláusulas, sempre criativas. A jurisprudência existente é considerada como "enviesada", porque se relaciona preferencialmente com o resseguro facultativo, ignorando os tratados de res-

seguro, além de, predominantemente, abranger os casos que envolvam perdas da cauda longa.

Ademais, em países cujo direito segue prioritariamente os princípios da lei civil, como o Brasil (*civil law*), é comum a ausência de lei específica para contratos de resseguro ou normas gerais com dispositivos sobre esse instituto jurídico. Assim, é importante ter à disposição regras e princípios de direito aplicáveis aos contratos de resseguro, como o **PRICL**, proporcionando quadro uniforme dentro do qual as cláusulas modelo podem ser acordadas com absoluta segurança jurídica pelas partes, afinal, será possível conhecer o seu sentido muito antes da celebração e formalização do resseguro.

O **PRICL** surge como eficiente opção às partes do negócio de resseguro, porque se reveste de conjunto uniforme de regras e princípios técnicos e de direito, inclusive normas gerais relativas ao direito das obrigações e dos contratos em geral. O **PRICL** se apresenta como norma abrangente, relativamente suave e uniforme em termos de resseguro, acompanhada por comentários que explicam os princípios e ilustram a sua aplicação a casos típicos. Assim, se torna muito mais previsível o resultado dos debates jurídicos sobre o significado dos termos do contrato de resseguro, na medida em que as partes elegeram o **PRICL** como a lei aplicável aos contratos de resseguro.

#### LIMITES INERENTES À EFICÁCIA DO **PRICL**

O **PRICL** será eficaz na medida em que as partes venham a aproveitar e usar a sua autonomia para inseri-lo no contrato de resseguro. Pelo menos para os contratos que contenham cláusula compromissória de arbitragem essa autonomia é irrestrita, a teor da Lei de Arbitragem (nº 9.307/96) que permite às partes escolher "regras de direito", como a lei que regerá o contrato.

Considerando que o termo "regras de direito" abrange também o direito fora das leis tradicionais, o **PRICL** se apresentará como conjunto qualificado de regras e princípios que podem ser escolhidos pelas

partes. No entanto, mesmo no âmbito da arbitragem que confere às partes máxima liberdade, há limites para a escolha da lei. Em outras palavras, a aplicação do direito especial não pode violar a ordem pública, razão pela qual a eficácia do **PRICL** no fornecimento de quadro uniforme de princípios e regras de resseguro é limitada ao respeito à lei local.

A legislação nacional sempre terá importância na resolução dos litígios de resseguro, embora quase sempre seja limitada ao contrato de seguro. Porém a sua aplicação se dará de forma muito restritiva ao contrato de resseguro, especialmente naqueles regidos pelo **PRICL** como um conjunto uniforme de regras de direito.

Para evitar esse problema, será sempre recomendável que as partes indiquem claramente na sua cláusula de eleição de lei o uso obrigatório e único dos princípios e regras oriundas do **PRICL** como a lei aplicável e prevalente. O âmbito de aplicação do **PRICL** não se limita aos contratos "internacionais" de resseguro. Embora os contratos de resseguro sejam frequentemente contratos internacionais, no Brasil isso não é regra, afinal, contratos entre seguradoras brasileiras e ressegurador local são eminentemente nacionais.

A escolha do **PRICL** usufrui de elevado grau de liberdade contratual das partes, motivo pelo qual pode e deve ser inserido aos termos do contrato como norma prevalente. Além disso, às vezes um contrato nacional de resseguro fará parte integrante de um sistema de resseguro internacional. Nessas situações a utilização do **PRICL** se reveste de maior importância. O **PRICL** só será aplicável quando as partes no contrato, ou seja, o ressegurador e o segurador, assim acordarem, jamais por imposição.

#### CASOS EM QUE AS PARTES NÃO ESCOLHERAM O **PRICL**

Mesmo nas hipóteses nas quais as partes não tenham escolhido a aplicação e utilização das regras e princípios do **PRICL**, os árbitros ou juízes, conforme o caso, podem optar pelo seu uso, como útil refe-

rência em situações que considerem adequadas. Mas o **PRICL** não serve como lei modelo para legislaturas nacionais, internacionais ou supranacionais, são apenas regras e princípios do direito de resseguro para utilização como fonte de interpretação dos contratos de resseguro.

#### EXCLUSÃO OU MODIFICAÇÃO DO **PRICL**

A liberdade das partes norteia a elaboração desse projeto, de forma que as partes podem excluir a aplicação do **PRICL** ou mesmo modificar o efeito de qualquer das suas disposições, para adaptar à situação local, seja por conta dos usos e costumes distintos ou mesmo de lei específica. Em outras palavras, o **PRICL** é altamente maleável como fonte de direito de resseguro.

#### O **PRICL** FORNECE CONJUNTO DE REGRAS INTEIRAMENTE NÃO OBRIGATÓRIAS

Se as partes optarem pelo **PRICL**, não precisam aceitá-lo em sua integralidade, podem alterá-lo na parte em que lhes interessar, no próprio contrato de resseguro. Isto se deve à natureza inteiramente não obrigatória do **PRICL**. Ademais, o próprio **PRICL** permite essa liberdade de alteração pelas partes, ao prever tal direito em seu preâmbulo.

O estilo objetivo do **PRICL** quanto a seu funcionamento e existência se justifica, porque não há razões políticas para restringir a liberdade contratual das partes em operações de resseguro, razão pela qual também não há espaço para regras obrigatórias em favor de uma delas.

Ao mesmo tempo, não existem preocupações de interesse público que necessitem de proteção por regras de resseguro obrigatórias, como se vê, por exemplo, nos contratos de seguro onde o segurado se encontra protegido por normas específicas, como o Código de Defesa do Consumidor.

#### EXCLUSÃO OU MODIFICAÇÃO DO **PRICL**

Qualquer exclusão ou modificação do **PRICL** pode ser expressa ou implícita. É possível as partes acordarem expressa-

mente sobre as cláusulas contratuais incompatíveis com as disposições do **PRICL** e excluir ponto específico de seus princípios e regras que entenderam necessário, justo pelo princípio constitucional da autonomia da vontade contratual. As partes podem excluir certas partes do **PRICL** simplesmente escolhendo ou incorporando no contrato partes específicas, distintas da original.

#### USOS E COSTUMES

Seguindo o princípio da liberdade contratual, as partes podem acordar na aplicação de qualquer utilização particular. Neste sentido, os usos ou costumes podem ser aplicados ao contrato independentemente de saber se está em conformidade com o **PRICL**, porque este garante e reconhece como soberana a vontade contratual das partes.

Sempre que as partes não concordarem com a aplicação de determinado uso ou costume, o **PRICL** reconhecerá tal intenção e vedará a sua utilização. Isto porque o **PRICL** não prioriza os usos e costumes em geral, destina-se a funcionar como reafirmação do uso do resseguro internacional e fornecer condições de reconhecimento dos usos e costumes utilizados em qualquer país onde tenha sido celebrado o contrato de resseguro, desde que as partes assim o queiram.

Ao utilizarem-se os critérios do **PRICL**, assegura-se a sua aplicação uniforme e, consequentemente, a ausência de necessidade e motivação para o desenvolvimento de leis de resseguro.

#### RELEVÂNCIA DA DISPOSIÇÃO DO **PRICL**

Em geral, o resseguro encontra poucas regras de uso obrigatório aos contratos, mas podem existir, como é o caso daquelas incorporadas na Resolução nº 168, de 2007, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Portanto, a escolha em favor do **PRICL** não pode impedir a aplicação do direito de supervisão e de outras disposições de direito público. Essas regras podem ter forte impacto sobre o contrato de resseguro e se aplicam prioritariamente ao **PRICL**.

#### INTERPRETAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DO **PRICL**

O **PRICL** deve ser interpretado à luz do seu texto, contexto, finalidade e caráter internacional. Em particular, tem como objetivo a promoção da boa fé contratual no sector de resseguro, a segurança jurídica nas relações contratuais e a uniformidade de aplicação de seus princípios e regras. As questões abrangidas pelo âmbito de aplicação do **PRICL**, porém não expressamente resolvidas por ele são, tanto quanto possível, resolvidas em conformidade com os princípios do direito local aplicável ou a intenção das partes contratantes.

#### AUSÊNCIA DE REGRA OU PRINCÍPIO ESPECÍFICO NO **PRICL**

Podem ocorrer situações nas quais certas questões se apresentam previstas no âmbito de aplicação do **PRICL**, mas não são expressamente resolvidas por ele.

Tais questões devem ser resolvidas por aplicação analógica das normas explícitas constantes no **PRICL**. Se não for possível, a solução deverá ser encontrada com base nos princípios de formulação geral do **PRICL**.

#### CONCLUSÃO

O **PRICL** tem como meta ser finalizado até o ano de 2018, assim como determina o seu projeto de elaboração aprovado pelas instituições apoiadoras.

A participação do Brasil nessa jornada tão importante a atividade de resseguro mundial, significa a possibilidade de conhecer previamente os desafios e colaborar de maneira efetiva na busca das soluções para a necessária harmonia contratual e a tão desejada segurança jurídica, fundamental em termos de investimento e operação de resseguro.

Por isso, sinto-me honrado em participar desse seleto grupo de profissionais responsáveis pela elaboração do **PRICL**, na qualidade de representante da América Latina e na certeza de que o meu trabalho será significativamente facilitado pelo precioso apoio recebido do mercado de seguro e resseguro da região.



# O Prêmio no Contrato de Resseguro e a Obrigação do Ressegurador

## O PRÊMIO

O prêmio, como em todo contrato de seguro, cumpre técnica e juridicamente iguais funções, qual a de servir como contraprestação econômica pela assunção do risco, distinto no contrato de resseguro daquele previsto no de seguro.

Com isso, é possível uma orientação relacionada a alguns aspectos fundamentais para a determinação do prêmio a satisfazer no contrato de resseguro, tendo em conta a influência exercida nesse contrato pelo risco assumido no seguro.

Tecnicamente, como lembra Hill Prados<sup>1</sup>, é importante o preço do contrato de resseguro ser suficiente para enfrentar certos conceitos como:

1) o custo dos sinistros previstos, que o ressegurador deverá suportar;

2) o custo do valor da estimação por flutuação da frequência e intensidade da ocorrência dos sinistros;

3) os gastos de administração que pesam sobre o ressegurador, mais o custo dos contratos de retrocessão tecnicamente aconselháveis; e

4) o benefício comercial pretendido pelo ressegurador, computando nesse custo outros habituais despendidos quase naturalmente dos benefícios, como é o incremento de reservas requeridas para negócios em crescimento.

Ao contrário do sucedido na indústria, na qual o preço mais elevado de um mesmo produto habitualmente pode indicar um fabricante menos eficiente, em resseguros, esse fato distingue ordinariamente um ressegurador mais precavido ou cauto, pois está assinalando frequentemente uma atitude de cuida-

do e diligência, já que a competição entre resseguradores não pode sustentar-se em uma simples diminuição dos custos de produção, por não ser um fator corrigível quanto a seu componente mais importante, isto é, o de gastos de sinistros.

## OBRIGAÇÃO DO RESSEGURADOR

Este assunto é examinado mais adiante com profundidade jurídica. Todavia, faremos aqui breves considerações apenas para situá-lo no contexto dos elementos constitutivos do contrato de resseguro. Pode-se dizer que a obrigação fundamental do segurador e, por consequência, a do ressegurador, não é a de pagar o sinistro, mas a de assumir o risco trasladado ao concretizar-se o acordo de vontades. Claro está que pelo fato de assumir o risco, assume também a garantia de satisfazer a prestação prometida, se chegar a suceder o sinistro.

---

<sup>1</sup> Ob. cit., p. 247

A utilização da palavra garantia, como, aliás, o próprio legislador civil a reconhece (artigos 757<sup>2</sup> e 778<sup>3</sup> do Código Civil), é manejada no sentido de certeza, confiança, firmeza e não como de responder pelo outro, como sucederia no caso de uma fiança ou um aval cambiário.

Com essa diferença, ponha-se claramente de relevo que quando o sinistro não se produz, o contrato não resulta inválido, porquanto a validade do contrato aleatório não se assenta na ocorrência ou não do fato fortuito, futuro e incerto.

O contrato de resseguro depende de uma álea, nada tendo a ver com a obrigação condicional, e se acorda no consenso, desde o momento da concretização do acordo de vontades.

A ocorrência do sucesso aleatório produz algo similar à imagem brindada pelo acionar de um gatilho; dispara a consequência de haver sido verificado o risco previsto, determinando a obrigação de pagamento do ressegurador e, concomitante ou sucessivamente, imediata no tempo, sua exigibilidade.

Tudo isso, claro, está na dependência da validade e eficácia da obrigação do ressegurado a respeito de seu segurado.

É pressuposto indispensável do sinistro em um contrato de resseguro a produção do sinistro no seguro, desencadeando o compromisso de pagamento da prestação pelo ressegurado.

Intencionalmente foi estabelecido como condicionamento que o compromisso deva cumprir-se e não que efeti-

vamente já foi cumprido. Salvo invalidade ou ineficácia do contrato de resseguro, a obrigação de pagamento do ressegurador se entenderá como livre e cumprida quando o direito do segurado de cobrar a indenização se estime inexigível, de acordo com a normativa aplicável, concernente ao contrato de seguro.

Tratando-se de prazo para esse pagamento específico e para os casos de desenvolvimento lógico dos acontecimentos, com cumprimentos dos deveres dos partícipes, deve-se entender como prazo máximo o dia pactuado para o vencimento da obrigação estabelecido no contrato, se foi fixado em momento anterior àquele no qual haveria de vencer o do contrato de seguro.

Se interpretarmos o disposto sob a ótica do Código Civil brasileiro, aplicável por analogia, conforme o princípio geral civil, perceberíamos determinadas sanções, pois para o cumprimento do contrato de seguro estabelecem-se pautas rígidas de tempo para o pagamento por parte do segurador, provocando sua mora pelo mero vencimento dos prazos fixados para pagamento das indenizações securitárias em normas regulamentares, com os efeitos da correção monetária da indenização, sem prejuízo dos juros moratórios, conforme previsto no artigo 772<sup>4</sup> do CC.

Por tal razão, o vencimento da obrigação do ressegurador de pagar o sinistro deve reputar-se anterior ou concomitante ao momento do vencimento da obrigação do segurador, pois se damos ao resseguro as funções de garantia dos efeitos econômicos do sinistro segurado no patrimônio do segurador, é in-

dispensável cumpri-las rigorosamente, como também é importante o ressegurador efetuar a tempo seu necessário aporte à técnica do seguro, mediante pagamento, para o alívio econômico e financeiro do segurador, ao não gravitar perigosamente sobre este.

Dado ao fato de mecanismo de controle e de relação que existe entre segurador e ressegurador a respeito da liquidação por parte do primeiro dos sinistros que estão sob o contrato de resseguro, não se pode admitir desconhecimento do ressegurador do início do período concedido para seu pagamento, inclusive porque a necessária boa-fé imperante em ambos institutos jurídicos deve ser presumida.

Em resumo: o vencimento da obrigação, ou o cumprimento da obrigação de pagar o sinistro que alcança o ressegurador, será, contratualmente, o dia fixado pela lei ou o dia convencionado, que sempre deverá ocorrer em tempo suficientemente hábil para o segurador ter disponíveis os fundos necessários correspondentes à obrigação do ressegurador.

Em geral, hoje em dia, conforme as regras bancárias habituais, pode dizer-se que o dia hábil anterior ao vencimento do prazo do pagamento do sinistro pelo segurador deveria estar fixado ao pagamento do ressegurador ao ressegurado, e disponível, sem restrição alguma, na conta do banco utilizada habitualmente por este, de forma a não haver inconvenientes no dia do pagamento a seu segurado ou ao terceiro, ainda considerando ser fundamental estabelecer prudentemente de boa-fé em cada caso particular.

<sup>2</sup> "Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados."

<sup>3</sup> "Art. 778. Nos seguros de dano, a garantia prometida não pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento da conclusão do contrato, sob pena do disposto no art. 766, e sem prejuízo da ação penal que no caso couber."

<sup>4</sup> "Art. 772. A mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sem prejuízo dos juros moratórios."

## Segundo estudo sigma da Swiss Re, perdas globais seguradas decorrentes de desastres alcançaram US\$ 37 bilhões em 2015, explosões em Tianjin causaram a maior perda segurada

De acordo com o estudo sigma mais recente, as perdas globais seguradas decorrentes de catástrofes naturais e desastres causados pelo homem somaram US\$ 37 bilhões em 2015, número bastante inferior aos US\$ 62 bilhões da média dos últimos 10 anos. Houve 353 desastres no último ano. Dentre eles, 198 foram decorrentes de catástrofes naturais, o maior número já registrado em um ano, segundo os registros do sigma.

- As perdas globais seguradas decorrentes de catástrofes naturais ou desastres causados pelo homem somaram US\$ 37 bilhões em 2015, número inferior aos US\$ 62 bilhões da média anual dos últimos 10 anos
- Este valor cobriu apenas cerca de 40% do número total de perdas econômicas globais
- As explosões no porto de Tianjin, na China, foram a maior ocorrência de perda segurada do ano e a maior perda causada pelo homem de todos os tempos na Ásia
- Um capítulo especial sobre o ocorrido em Tianjin ressalta uma falta de conhecimento sobre

a acumulação de riscos em pátios de armazenagem/estocagem de veículos ao ar livre

- Houve 198 desastres naturais em 2015, o maior número registrado pelo sigma
- Mais de 26.000 pessoas morreram em desastres em 2015

O valor total de perdas econômicas de todos os desastres, incluindo ocorrências naturais e causadas pelo homem, foi de US\$ 92 bilhões em 2015 (contra US\$ 113 bilhões em 2014). Cerca de US\$ 80 bilhões foram gastos em decorrência de catástrofes naturais, com o terremoto no Nepal causando a maior perda.

As perdas econômicas globais ficaram bem abaixo da média anual de US\$ 192 bilhões dos últimos 10 anos. Dos US\$ 37 bilhões em perdas globais seguradas, US\$ 28 bilhões foram atribuídos a catástrofes naturais, aproximadamente o mesmo valor de 2014. A maior perda segurada do ano - uma perda patrimonial estimada entre US\$ 2,5 e 3,5 bilhões, foi causada por duas grandes explosões no porto de Tianjin, na China, em agosto.





Este templo foi construído em 1690, Katmandú.

### Ásia sofre a maioria das perdas de 2015

As perdas econômicas de todas as ocorrências na Ásia ficaram próximas de US\$ 38 bilhões. O terremoto no Nepal foi o maior desastre do ano em todo o mundo, matando cerca de 9.000 pessoas - a maior perda de vidas em uma única ocorrência. Estima-se que o total de perdas decorrentes do terremoto no Nepal seja de US\$ 6 bilhões, incluindo perdas documentadas na Índia, China e Bangladesh. Outras ocorrências que causaram um grande número de perdas na Ásia foram o tufão em Goni, no Japão, as enchentes no sudeste da Índia e as explosões em Tianjin. De acordo com o economista-chefe da Swiss Re, Kurt Karl: "O terremoto no Nepal atingiu as proximidades da capital Kathmandu, causando ampla destruição e perdas, em sua maioria não seguradas. Novamente, a tragédia chegou a áreas onde as pessoas são menos capazes de se proteger".

### Do frio ao calor

O nível de perdas em todo o mundo foi baixo em comparação com a média anual dos últimos 10 anos. Isso se deu, em grande parte, a uma temporada de furacões moderada nos EUA.

O ano passado foi o 10º ano consecutivo onde nenhum furacão de grande importância chegou à costa dos EUA.[1] Na América do Norte, a maior perda veio das tempestades de neve, em meados de fevereiro, que causaram perdas em 17 estados, sendo o estado de Massachusetts o mais prejudicado.

As perdas seguradas combinadas somaram US\$ 2 bilhões, em grande parte devido a rupturas de tubulações de água congelada, ao peso de gelo acumulado ou aos danos patrimoniais causados pela água.

Apesar do inverno rigoroso nos EUA, no panorama geral, 2015 foi o ano mais quente já registrado. Ondas de calor fizeram algumas vítimas em todo o mundo, enquanto longos períodos de temperaturas altas e falta de chuvas causaram secas e incêndios espontâneos em várias regiões. Os EUA tiveram o pior ano de incêndios espontâneos desde 1960 devido ao calor e ao clima seco. Indonésia e Austrália também foram afetados por incêndios espontâneos. Por outro lado, regiões como a Índia e o Reino Unido registraram precipitação excessiva.

Na Índia, a cidade de Chennai foi paralisada pela enchente após acumular mais de 500 mm de água de chuva apenas em novembro. A esta ocorrência seguiu-se, em dezembro, as enchentes em várias áreas no centro e norte do Reino Unido devido a várias tempestades. As estimativas preliminares colocam o valor das perdas seguradas decorrentes das enchentes no Reino Unido em cerca de US\$ 2 bilhões. Fortes chuvas e enchentes também atingiram diversos estados dos EUA.

Os padrões climáticos globais desviaram-se das normas climáticas de 2015, sendo o El Niño o maior fator de contribuição para tal mudança. Por exemplo, não ocorreram chuvas tropicais no Atlântico Norte, mas foi uma temporada muito ativa no Pacífico.

[1] Quando chegou à costa dos EUA em 2012, o furacão Sandy causou a terceira maior perda de todos os tempos decorrente de uma tempestade. Porém, não foi registrado como um furacão de "grande importância" na escala Saffir-Simpson.

**Tabela 1:** Total de perdas seguradas e econômicas em 2015 e 2014

Em bilhões de dólares (valores de 2015)	2015	2014	alteração anual	média de 10 anos
<b>Perdas econômicas (total)</b>	92	113	-19%	192
Catástrofes naturais	80	104	-23%	181
Causadas pelo homem	12	9	31%	12
<b>Perdas seguradas (total)</b>	37	36	3%	62
Catástrofes naturais	28	29	-3%	55
Causadas pelo homem	9	7	28%	7

Fonte: Swiss Re Economic Research & Consulting e Cat Perils

**Tabela 2:** As mais onerosas perdas seguradas decorrentes de catástrofes em 2015 (em bilhões de dólares)

	Mês	Perdas seguradas <sup>1</sup>	Perdas totais	Ocorrência	País
1	Ago	2.5 a 3.5	N/A	Explosões no porto de Tianjin <sup>2</sup>	China
2	Fev	2.1	3.0	Tempestades de neve <sup>3</sup>	EUA
3	Mar	1.5	2.5	Tempestades e enchentes no Texas <sup>3</sup>	EUA
4	Abr	1.2	1.6	Tempestades <sup>3</sup>	EUA
5	Set	1.2	1.6	Incêndio espontâneo em Valley Fire <sup>3</sup>	EUA
6	Abr	1.0	1.2	Tempestade Niklas <sup>4</sup>	Europa

Nota: (1) Patrimonial e lucros cessantes, excluindo as perdas de responsabilidade civil e de seguro de vida.  
 Fonte: (2) Estimativas Swiss Re; (3) Números referentes às catástrofes naturais nos EUA com a autorização da Property Claims Services e estimativas Swiss Re; (4) estimativas Perils AG e Swiss Re

**Tianjin: um quebra-cabeça complexo de acumulação de riscos**

O *sigma* inclui um capítulo especial sobre o Tianjin, que destaca a acumulação de riscos em pátios de armazenagem/estocagem de veículos ao ar livre, tais como os portos. A imposição de uma zona de exclusão nos locais, devido ao risco de explosões e às operações de limpeza, dificulta a avaliação das seguradoras quanto às perdas decorrentes dos muitos ativos perdidos ou destruídos, tais como os muitos carros em trânsito no porto. A gravidade das explosões e da grande exposição de ativos na ocasião significa que Tianjin, além de ser a maior perda segurada de 2015, é a maior perda segurada causada pelo homem já registrada na Ásia e também uma das maiores perdas seguradas causada pelo homem de todos os tempos.

**Tabela 3:** Maiores perdas globais seguradas causadas pelo homem, em bilhões de dólares (valores de 2015)

Ano	País	Ocorrência	Perdas seguradas	Vítimas
2001	EUA	Ataque terrorista no WTC. Pentágono, outros prédios	25.2	2982
1988	Reino Unido	Explosão na plataforma Piper Alpha	3.0	167
2015	China	Explosões em depósito de materiais químicos perigosos no porto de Tianjin	2.5 a 3.5*	173
1989	EUA	Explosão de nuvem de vapor em planta petroquímica	2.4	23
1979	EUA	Danos em estação de energia nuclear	1.4	
2001	França	Explosão destrói planta de fertilizantes	1.3	30

\*provisório  
 Fonte: Swiss Re.

Este *sigma* também inclui um especial sobre como as tecnologias aéreas e digitais, incluindo as mídias sociais, são e podem ser usadas na gestão de riscos de desastres.



## Em março, ICSS teve alta expressiva

De um modo geral, os indicadores de confiança do setor de seguros melhoraram em março, embora, todos, ressaltamos, ainda estejam com viés pessimista.

Possivelmente, a expectativa da definição de impasses políticos no país em um futuro próximo deve ter influenciado as respostas de algumas companhias do segmento.

**No link, uma análise mais detalhada dos resultados.**

<http://www.ratingdeseguros.com.br/pdfs/ICSSmar2016.pdf>

**Contribuição:**



**Francisco Galiza**

[www.ratingdeseguros.com.br](http://www.ratingdeseguros.com.br)

<http://twitter.com/ratingdeseguros>





### 5ª CONFERÊNCIA GLOBAL DA GRI

**Data: 18/05 a 20/05/2016**

A 5ª Conferência Global da GRI será realizada em Amsterdã, Holanda, entre 18 e 20 de maio, reunindo cerca de 1.500 líderes globais para troca de conhecimento sobre melhores práticas, inovação e outros tópicos que fortalecem decisões sustentáveis. A GRI é uma organização internacional independente que auxilia governos e outras organizações a entender e comunicar os impactos dos negócios em questões ligadas à sustentabilidade, como mudanças climáticas, direitos humanos e corrupção, entre outras.

Para se inscrever no evento e/ou obter mais informações, acesse:

[www.griconference.org](http://www.griconference.org)

### 1º CONSEG-NE - CONGRESSO DE CORRETORES DE SEGUROS DO NORDESTE

**Data: 09/06 a 10/06/2016**

Com o tema “Os desafios do setor de seguros e o fortalecimento do mercado na região”, o **1º Congresso de Corretores de Seguros do Nordeste (1º Conseg-NE)** acontecerá no centro de convenções em Natal-RN, nos dias 9 e 10 de junho de 2016, e será organizado pelos Sincor's de Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe, tendo como anfitrião o Sincor do Rio Grande do Norte.

As inscrições já estão abertas e a programação do evento será divulgada em breve. Organizador: Sincor-RN. Mais Informações:

[www.consegne.com.br](http://www.consegne.com.br)

### XVII CONEC - CONGRESSO DOS CORRETORES DE SEGURO

**Data: 06/10 a 08/10/2016**

“Aprender, empreender e ser Corretor: o caminho seguro da distribuição” é o tema do **XVII Congresso dos Corretores de Seguro (XVII Conec)**, que já tem data e local confirmados: de 6 a 8 de outubro de 2016, no Palácio das Convenções do Anhembi (SP).

O evento é promovido pelo Sincor-SP a cada dois anos. As inscrições para o Congresso já estão abertas, com os valores de R\$ 545 (corretor de seguros associados e cônjuge), R\$ 995 (corretor de seguros não sócio e cônjuge) e R\$ 1.485 (outros).





## ROBERTO SANTOS ESPERA ANO DESAFIADOR PARA SETOR

O presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Roberto Santos, diz que o mercado segurador fluminense terá de buscar novos nichos e soluções mais criativas para repetir, neste ano, o crescimento de dois dígitos de 2015.

Ele reconhece que o cenário atual é mais desafiador para o mercado, porque as obras ligadas aos jogos olímpicos e o setor de serviços, principais responsáveis pela puxada dos prêmios em 2015 no estado, agora não poderão contribuir de forma tão decisiva. Isso porque, ao lado do término das obras, a crise financeira experimentada pelo governo estadual impacta as atividades econômicas locais, com efeitos negativos sobre as receitas das seguradoras.

Ao lado disso, as seguradoras devem se

preparar para um eventual aumento da sinistralidade, concorrência desleal gerada pelas associações automotivas, eventual guerra de preços entre os players do mercado e aumento das tentativas de fraudes. Veja a seguir a entrevista completa de Roberto Santos dada ao Portal da Cnseg.

**Considerando-se o grave quadro econômico- segundo ano seguido de forte retração- qual será o cenário mais provável do mercado de seguros do Estado do Rio de Janeiro? Ou seja, será possível manter-se no terreno positivo, haverá desaceleração nas vendas ou mesmo estagnação ou queda?**

O mercado de seguros no Rio de Janeiro deverá apresentar crescimento positivo, apesar da crise econômica nacional e, em especial, da crise financeira do estado provocada pela desaceleração das atividades ligadas ao petróleo e offshore, diminuição de receita e dos investi-

mentos do estado. Do ponto de vista de prêmios, estimamos que o crescimento seja em torno de 2%.

O desaquecimento da Construção Civil também terá especial relevância nas receitas de prêmios dos Riscos de Engenharia, apesar das obras relativas às Olimpíadas. O Seguro de Automóvel, principal ramo em receita de prêmios do mercado fluminense, ainda que com a crise na venda de veículos zero e o fechamento das revendas de diversas marcas, continuará a ser a principal alavanca do setor. A contrapartida virá com o aquecimento da venda de veículos usados, que trará novas oportunidades em receita de prêmios e em serviços de manutenção. A tendência é de que as companhias busquem formas criativas de reter seus clientes. As frequências de roubo e furto deverão crescer no primeiro semestre, dada a redução de investimentos governamentais na área de segurança, mas, provavelmente, apresentará

significativa redução no segundo semestre, em razão das Olimpíadas, conforme histórico em eventos semelhantes.

**Como foi o comportamento das vendas no ano passado? Alta ou baixa de prêmios e quais os principais fatores que puxaram o resultado de 2015?**

Em 2015, registramos crescimento de 10% nos prêmios no Rio de Janeiro, um ponto percentual acima do crescimento do mercado brasileiro. As obras ligadas às Olimpíadas e o setor de serviços foram alavancadores de prêmios. O conhecimento do consumidor sobre os benefícios do seguro e sua importância no dia a dia, sobretudo em um momento de crise econômica, também influenciaram no crescimento.

**Os estados também enfrentam graves problemas, envolvendo atrasos no pagamento dos servidores estaduais e revisão nos valores dos contratos em vigência. No seu estado, há sérios problemas enfrentados pelos governos locais e quais as repercussões na atividade de seguros?**

Nos últimos meses, experimentamos uma crise na arrecadação do governo estadual, ocorrida principalmente pela desaceleração do mercado do petróleo, que gerou nos últimos anos receitas consideráveis em royalties. Por este motivo, o estado apresentou problemas como atraso nas obras de mobilidade, desinvestimentos em projetos educacionais, atraso nos pagamentos de fornecedores e servidores, e uma grave crise na saúde pública estadual e consequente desaquecimento na economia, gerando obviamente impactos nas receitas das seguradoras.

**Curiosamente, a crise também gera aumento das fraudes em algumas carteiras de seguros, como automóvel e incêndio, e evolução das doenças. Existem carteiras que começam a sentir pressão na sinistralidade puxada,**

**indiretamente, por tais fatores em seu estado?**

Sim, de fato. Ao observar a evolução dos componentes da sinistralidade, fica evidente o descolamento nas frequências e custos médios de sinistros. A carteira de Automóveis é uma das mais sensíveis ao agravamento das condições econômicas, uma vez que juros e inflação afetam a manutenção e o financiamento dos veículos.

A carteira de Saúde Suplementar é afetada pelo quadro de demissões e o ramo de Seguro Aluguel, pelo crescimento da inadimplência.

**Quais são as principais carteiras em volume de prêmios em seu estado e qual o provável cenário esperado neste ano para cada uma dessas modalidades?**

Atualmente, as carteiras de saúde, vida, previdência e automóveis são as com maior participação de mercado. Mas teremos um ambiente bastante desafiador para a captação de prêmios em todas as carteiras, já que as projeções mostram que, para repetir o crescimento de dois dígitos de 2015, as seguradoras deverão explorar novos mercados e soluções criativas neste ano. Além disso, no que tange ao sinistro de automóveis, a regulação e o combate à fraude precisarão de melhoria contínua para evitar indenizações ilegítimas que prejudiquem o mutualismo. Indenizar o que é justo é um desafio contínuo do mercado.

Para os seguros de saúde e vida, as seguradoras devem atentar para um cenário de crescente desemprego e violência urbana. As medidas de prevenção devem ser vistas como um investimento para a redução de sinistralidade, apesar de, em tempos de crise, haver uma natural tendência do empresariado de redução de despesas. Caberá ao mercado orientar tecnicamente e apoiar de forma efetiva, principalmente o pequeno e médio empresário, com produtos e ser-

viços adequados. Estamos passando por um ciclo econômico bastante delicado, onde o empresário não pode deixar de lado a proteção dos seus ativos. As seguradoras de previdência deverão buscar alternativas de rentabilidade em um ambiente com inflação mais alta. Além disso, a tendência de alta nos resgates deve se consolidar e vai representar outro grande desafio para essa carteira.

**De que forma variáveis importantes, como inflação alta, taxas de juros altas, com efeitos no encarecimento dos financiamentos, o aumento do desemprego, podem afetar o seguro em sua região. Quais as modalidades mais vulneráveis e quais as mais resistentes?**

Em um cenário econômico onde a inflação e juros elevados estão presentes, dois grandes efeitos surgem no mercado: queda no número de segurados e aumento na sinistralidade, via inadimplência e fraudes, bem como possibilidades de maior ganho financeiro. Os seguradores deverão aprimorar seus “drivers” de subscrição e precificação, além de ficar bastante atentos às volatilidades do mercado financeiro, visando a melhor alavancagem de performance.

**Faça um breve perfil da economia de seu estado, listando as principais atividades. No caso de estado exportador, o atual cenário mundial é mais ou menos favorável para a atividade, tendo em vista a desaceleração chinesa e os efeitos disso para a América Latina?**

A economia do Rio de Janeiro é baseada no setor de serviços e na indústria naval. Podemos destacar o setor de turismo, as indústrias de petróleo e gás, química e metal-mecânica. Dado o preço do petróleo e dos minérios no mercado internacional, além da situação da Petrobras e a queda no repasse de royalties, a economia carioca tem experimentado um período bastante desafiador, onde a busca pela eficiência tem sido uma constante para os agentes econômicos locais.

O contraponto dessa situação são os grandes eventos que ocorrem até esse ano e irão gerar consideráveis investimentos na capital do estado e receitas com o turismo.

**A maioria dos estados constata endividamento crescente das empresas e das famílias, com impactos no consumo e na arrecadação de impostos. Este viés se confirma em seu estado? Quais as apólices de massificados que devem ser mais afetadas pela retração de consumo?**

Sim, o endividamento das famílias apresenta crescimento e, nesse cenário, o número de famílias sem condições de pagar suas dívidas também tem crescido. Essa conjuntura reprime o consumo e impõe uma realidade mais competitiva para as carteiras de seguros empresarial e residencial, uma vez que, em tempos como esse, o corte de gastos e até mesmo o fechamento de plantas produtivas podem levar a uma diminuição do mercado potencial do seguro empresarial, enquanto o esfriamento no crédito imobiliário e o corte de gastos familiares podem restringir o mercado de seguro residencial.

**Qual o comportamento da sinistralidade a partir de 2015, ano de forte retração da economia? Especialistas afirmam haver uma correlação entre aumento do crime e crise econômica. Quais as carteiras mais afetadas?**

Existe uma forte correlação entre a ocorrência de sinistros e crise econômica. Um levantamento da FGV mostra claramente uma relação histórica entre evolução da taxa de desemprego e de frequência de roubo de veículos, o que nos leva a crer que, pelo menos em 2016, registraremos aumento da frequência de roubo.

**Sobre os extremos climáticos, grande parte do país convive com problemas gerados por chuvas, alagamentos,**

**desmoronamentos. Quais os problemas mais comuns em sua região e o que começa a bater à porta das seguradoras?**

A mudança do clima tem gerado alagamentos em várias regiões do estado e tem demandado grandes esforços das autoridades para diminuir a intensidade dos danos à sociedade. No último grande evento do gênero, várias cidades da região serrana foram atingidas e os seguros patrimoniais foram os mais exigidos. Para 2016, os efeitos do El Niño mais intenso dos últimos anos devem provocar chuvas mais fortes e concentradas, fazendo com que a frequência de alagamentos seja maior que no ano passado, impactando, principalmente, os seguros de Automóvel; Residencial; e Empresarial.

**Em sua região, existe venda pirata de seguros, e quais as razões de o consumidor escolher uma cooperativa em vez de seguradora, apesar das incertezas maiores?**

Em regiões do estado onde o poder aquisitivo é mais baixo, as associações têm conseguido maior entrada. A falsa impressão de menor custo para segurar o bem e a possibilidade de parcelamento em 12 meses são os principais motivos para o modelo das cooperativas permanecer ativo. Porém, o que as pessoas devem ter em mente quando procurarem proteger o seu bem é que somente com uma seguradora eles terão a garantia de proteção do seu bem, já que somos providos de reservas técnicas reguladas por agência reguladora.

As seguradoras deveriam aproveitar oportunidade para adaptarem seus produtos para “embalagens” mais simples com linguagem mais simples para entendimento do consumidor final, visando combater as associações.

**Teme-se em sua região que avance a concorrência predatória em virtude do**

**quadro recessivo. Quais as apólices mais propensas a registrar uma disputa acirrada?**

Existe hoje uma preocupação nas carteiras de seguros patrimoniais, com a concorrência predatória influenciada por um mercado mais competitivo em 2016. Muitas seguradoras poderão ser influenciadas a sacrificar suas margens para captar mais segurados durante esse ano. Porém, essa ação não costuma trazer benefícios para o mercado e para as seguradoras envolvidas em “guerra de preços”, ainda mais quando a perspectiva de sinistralidade aponta para crescimento. Em nosso entendimento, o mercado já possui maturidade suficiente para não embarcar nesta “canoa furada”.

**No seu estado, há grandes obras de infraestrutura previstas ou suspensas e quais os efeitos para os seguros de grandes riscos?**

A agenda de obras de infraestrutura está perto do final e, nos anos anteriores, observamos o crescimento do mercado de grandes riscos. Com o terminar das obras, a carteira de Riscos de Engenharia apresentou queda acentuada na captação de prêmio em 2015 e esse movimento deve continuar em 2016, se não houver a massificação desse produto. Em contrapartida, a carteira de Riscos Diversos teve forte crescimento em 2015 e rompeu os 150 milhões em prêmios anuais, enquanto outras carteiras de grandes riscos se mantiveram próxima da estabilidade.

**As pequenas e médias empresas, em contraponto aos problemas enfrentados por setores estratégicos como petróleo, construção civil e indústrias, podem ser uma alternativa para as seguradoras minar os riscos de desaceleração?**

O foco em PME tem sido intensificado pelas seguradoras nos últimos anos e

provado ser uma estratégia bastante produtiva. Produtos voltados a esse nicho estimulam a consciência do seguro nas empresas, auxiliando o desenvolvimento econômico do País, uma vez que o seguro pode evitar grandes períodos sem produção e fornecer uma ferramenta de resposta rápida em problemas na estrutura física da empresa. Outro ponto favorável para a empresa é a assistência 24 horas, que fornece ao segurado uma série de benefícios como chaveiro, guarda de móveis, vigilância e indicação de mão de obra para reparos. Fonte: Cnseg

### **PROJETO DE CRIAÇÃO DO POLO DE RESSEGURO SERÁ ENTREGUE AO MIN. DA FAZENDA ATÉ JUNHO**

*Anúncio foi feito durante o 5º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro*



O presidente da Federação Nacional das Resseguradoras (Fenaber), Paulo Pereira, anunciou no dia 5 de abril, em entrevista coletiva, durante o 5º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro, que o projeto de criação do Polo Regional de Resseguro deve ser enviado ao Ministério da Fazenda até o início de junho. Caso o polo seja implementado, segundo ele, poderá ajudar a dobrar o tamanho do

mercado ressegurador brasileiro. “Estamos criando condições para que os resseguradores se instalem no Brasil para subscreverem riscos de fora do país, principalmente da América Latina. O mercado brasileiro de resseguro hoje é de US\$ 2,5 bilhões e o da América Latina, de US\$ 21 bilhões. Portanto, se conseguirmos atrair 10% desse mercado, nós estaremos dobrando de tamanho”, estimou. Pereira ressaltou, porém, que será necessário construir um bom motivo para atrair esses grandes players para o país. “Os resseguradores já operam na América Latina e, para mudarem, o desafio é grande. Significa que teremos que alterar o nosso ambiente trabalhista, regulatório e tributário também”, defendeu o executivo.

De acordo com Paulo Pereira, a proposta é ter uma alíquota de Imposto de Renda diferenciada para que seja possível maior competitividade, sem significar renúncia fiscal. “O Governo já entendeu a importância de desenvolver o polo. Mas o fato é que teremos algo completamente diferente do que temos hoje no Brasil. É preciso ter regras novas para os investimentos”, afirmou. Nesse aspecto, no trabalho a ser apresentado ao Governo, de acordo com o presidente da Fenaber, constarão propostas nos campos tributário, trabalhista e regulatório.

Pereira lembra ainda que hoje os principais resseguradores mundiais operam no mercado brasileiro. Ele ressaltou que na lista das 16 resseguradoras locais que atuam no Brasil estão as maiores empresas desse mercado no mundo. Isso demonstra, a seu ver, o forte interesse no país. “Só que hoje essas empresas pagam os maiores impostos do mundo no Brasil e ainda estão concorrendo com o mercado lá fora. Um dos incentivos que tentaremos propor para que estas empresas entrem no polo é fazer com que os impostos gerados sejam creditados a estas resseguradoras. Se isso acontecer, será um incentivo importante para

trazermos as maiores companhias do mundo para o projeto. Quem não estiver aqui, vai perder negócios na América Latina”, elucidou. O executivo esclarece, porém, que não há qualquer intenção de se indicar qualquer diminuição de impostos. Muito pelo contrário. “Estamos propondo uma operação nova que vai gerar novos impostos para o Brasil. Ainda que parte dos impostos seja utilizada para dar crédito às resseguradoras locais, a conta será positiva para o Governo”, reforçou.

Roberto Westenberger observou que o polo é um núcleo fora da economia e das regras brasileiras negociais. “O Brasil será um hospedeiro físico do polo. Espero que o polo sinalize experiências, especialmente no setor regulatório, alinhado à regulação internacional. Outro ponto é que as leis trabalhistas, por exemplo, terão que ser adaptadas,” acrescentou. Para o titular da Susep, este é o momento de aproveitar a oportunidade que se apresenta. “A Argentina está se estruturando e é um potencial concorrente sim, como é o Panamá, Porto Rico e a Colômbia. Temos que ser rápidos. Não importa tanto, nesse momento, o cenário de crise econômica do Brasil. “Quem pensa de forma macroeconômica, pensa a longo prazo”, ressaltou.

Já o Diretor Geral da Terra Brasis RE, Rodrigo Botti, disse que o Polo Regional de Resseguro é um projeto ambicioso, que colocará o Brasil como “exportador deste segmento”, considerando aspectos positivos como o fato do país ter baixa exposição catastrófica. “O Brasil tem todas as condições para desenvolver o Polo, o que trará muitos benefícios diretos e indiretos para o país. Para isso será necessário um trabalho conjunto em diversas frentes e apoio do mercado e de órgãos governamentais e regulatórios”, finalizou.

**Novo seguro para obras de infraestrutura** - Outra frente de trabalho do mercado ressegurador, conforme informou



o presidente da Fenaber, é o desenvolvimento, em parceria com a Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) do seguro garantia para grandes obras civis de infraestrutura. Segundo o executivo, a intenção é atender a uma necessidade do Governo de garantir a entrega das obras importantes para o país. “O Governo foi claro ao dizer que não quer um cheque, mas a obra pronta. Isso quem decide é a seguradora na hora da contratação do produto. Nós estamos trabalhando nessa proposta e a expectativa é de que saia ainda em 2016. Mesmo diante da crise, as grandes obras têm que acontecer e o mercado de seguros e resseguros responderão com a capacidade que o país precisa”, afirmou o representante das resseguradoras.

O representante das resseguradoras destacou, também, que a importância da seguradora média de seguro garantia para grandes obras, que hoje é de 5%, poderá chegar a 30%. “Temos grandes chances de alavancar bastante o seguro garantia no Brasil”, estimou o presidente da Fenaber.

Para Westenberger, o papel do ressegurador é também o de prover produtos. “O país precisa do seguro garantia para grandes obras e acredito que este será um alavancador de desenvolvimento”, pontuou. Na avaliação do presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg), Marcio Serôa de Araújo Coriolano, além do mercado de infraestrutura, é importante identificar e investir em outras oportunidades que se apresentam nesse momento. “Nesse sentido, além da ampliação da atuação do seguro garantia, é importante mencionar ainda as possibilidades que surgem, por exemplo, para o resseguro no segmento de saúde privada. Além disso, há outras frentes de atuação promissoras como o resseguro rural e os produtos ligados aos riscos financeiros, cibernéticos e eletrônicos”, acentuou Coriolano.

Para Marcio Coriolano, a abertura do mercado de resseguro trouxe, sem sombra de dúvida, muitas vantagens competitivas para o país. Ele avalia que os grandes players mundiais investiram no Brasil em razão da dimensão, do potencial e das oportunidades vislumbradas em território brasileiro. “Hoje temos um mercado que vem se consolidando a cada ano, sobretudo em relação à profissionalização e exercício das melhores práticas internacionais”, acrescentou o presidente da Cnseg.

Na visão do presidente da Escola Nacional de Seguros, Robert Bittar, quando se fala em resseguro no Brasil é natural que o consumidor ainda tenha a imagem do IRB. “O mercado aberto ainda precisa ser desmitificado, melhor conhecido por toda a cadeia consumidora. Ações como o polo e o seguro garantia trazem mais exigências técnicas e de mão de obra, fortalecendo o mercado de resseguros no Brasil”, analisou.

#### RESULTADO FINANCEIRO ANUAL DO LLOYD'S 2015

O mercado do Lloyd's teve um lucro antes de impostos de US\$ 3,1 bilhões e registrou um índice combinado de 90.0% e um retorno sobre o capital de 9,1% para 2015. Este é um resultado louvável para o Lloyd's. Estes resultados demonstram a contínua solidez financeira e o conhecido desempenho do mercado do Lloyd's apesar do cenário macroeconômico turbulento.

A posição financeira robusta do Lloyd's é sustentada por suas classificações de crédito “A” (excelente) pela A.M. Best, “AA-” (muito forte) pela Fitch e “A+” (forte) pela Standard & Poors. Detalhes completos sobre os resultados anuais do Lloyd 2015 podem ser encontrados no link:

[www.lloyds.com/annualreport2015](http://www.lloyds.com/annualreport2015)

#### HUB DE RESSEGURO VOLTA AO DEBATE

O 2º Seminário Anglo-Brasileiro de Seguros e Resseguros, realizado em São Paulo, reuniu algo entre 150 e 200 participantes. Promovido pelo UK Trade & Investment, da British General Consulate, a ideia foi avaliar as perspectivas dos mercados de seguros e resseguros brasileiros e discutir aspectos do marco regulatório do País e as principais características do mercado de Londres.

O diretor de Autorizações da Susep, Flávio Girão Guimarães, participou da solenidade de abertura do encontro. Ele afirmou que o foco da autarquia, além de zelar pela solvência do mercado, é patrocinar o desenvolvimento do mercado e focar na desburocratização do setor.

Na sequência, Dave Matcham, chief executive da International Underwriting Association de Londres, afirmou que o mercado de Londres é extremamente capacitado e possui expertise técnica. Mas reconheceu que Londres ainda carece de maior agilidade e precisa se tornar menos complexo. Segundo ele, o London Market Group vem trabalhando fortemente para tornar o mercado londrino mais competitivo, oferecendo produtos que atendam às necessidades dos clientes.

Há a percepção, segundo Matcham, de que o mercado brasileiro possui a capacidade e expertise para suprir a demanda local. Contudo, a ideia é estreitar o relacionamento dos mercados brasileiro e londrino, por meio de parcerias que venham a fomentar negócios e a criar produtos específicos que se enquadrem às necessidades brasileiras. Em Londres, a negociação presencial (face to face negotiation) está sendo substituída por processos de subscrições eletrônicas, suportados por solução tecnológica customizada para esse fim, adiantou.

Já Margo Black, presidente da Swiss Re

Brasil Resseguros S.A., afirmou que, apesar da má fase política pela qual o País passa atualmente, seu potencial de influência no mercado latino-americano não pode ser ignorado. O Brasil ainda conta com baixa penetração de seguros, e consequentemente resseguros, representando um cenário de oportunidade para aqueles que pretendam investir no País.

Hoje, o Brasil é responsável por 48% dos prêmios de seguro e por 19% dos prêmios de resseguro do mercado latino-americano. Em termos de crescimento econômico, prêmio e cessão de resseguro, os resultados brasileiros influenciam fortemente o restante do mercado latino-americano. O desafio, segundo Black, é tornar os produtos de seguro e resseguro mais acessíveis à população que tanto carece de proteção. Neste sentido, empresas internacionais, a exemplo da Swiss Re, podem trazer ao país soluções e produtos inovadores, mão de obra especializada, treinamentos técnicos, tecnologia e conhecimento. Em sua opinião, o Brasil, que possui excelente localização geográfica, poderia se tornar um importante hub de resseguro, se mudasse sua carga tributária.

A pauta temática tratou sobre as regras de cessão de resseguro e cessão intragrupo. Foi oferecido relato sobre o processo de abertura do mercado de resseguro brasileiro, a partir da publicação da Lei Complementar 126, cabendo a Flávio Girão explicar a diferença entre a oferta preferencial de resseguro e a contratação obrigatória. O painel abordou a diferença regulatória entre os mercados brasileiro e inglês, detalhando também as mudanças iniciadas em 2015, no Brasil, estabelecendo diminuição gradual dos percentuais de oferta obrigatória aos resseguradores locais e o aumento gradual dos percentuais de cessão entre empresas do mesmo conglomerado, conhecida como cessão intragrupo.

No mercado inglês, não há interferência do órgão regulador na definição dos cláusulados de seguro padronizados, lembraram os especialistas. Já no caso brasileiro, segundo Girão, a Susep atuará na definição das condições gerais dos produtos até que o mercado atinja a maturidade necessária. A ideia é que a Susep venha a desenvolver condições gerais padronizadas para outros ramos que não contam com tal prerrogativa atualmente.

Margo Black informou que este assunto foi pauta de discussão da Comissão Consultiva de Resseguros do CNSP, comissão formada por integrantes do mercado segurador, ressegurador e representantes do governo, ocasião em que o mercado demonstrou preocupação em relação à morosidade no processo de aprovação de novos produtos pela Susep.

A autarquia, por sua vez, vem trabalhando para diferenciar aqueles riscos massificados, em que existe a hipossuficiência de uma das partes, daqueles riscos especializados, de grande porte, em que a relação é business to business.

Dave Matcham comentou os possíveis impactos da saída da Inglaterra da União Europeia, prevista para ser votada em plebiscito em junho de 2016, para o mercado mundial de seguros e resseguro. Segundo ele, esse assunto está nas principais manchetes dos jornais de Londres, e importantes instituições, a exemplo do Lloyds, vêm trabalhando fortemente para manutenção da Inglaterra na União Europeia. Especula-se que levaria anos para a adequação dos contratos de seguros e resseguro, caso o país se desligasse da UE. Fonte: Editora Roncarati

#### **VOLUME DE RESSEGURO CEDIDO PELAS SEGURADORAS BRASILEIRAS CHEGA A R\$10,1 BI**

A Terra Brasis Resseguros publicou a prévia da análise do ano de 2015 do

Terra Report. O documento mostra que o volume de resseguro cedido pelas seguradoras brasileiras (bruto de comissão) foi de R\$ 10,1 bilhões, aumento de 12,1% em relação aos R\$ 9,0 bilhões apresentados em 2014. Deste volume cedido, R\$ 6,1 bilhões foram colocados nas resseguradoras locais (crescimento de 20,1% em relação a 2014) e R\$ 4 bilhões colocados nas resseguradoras Offshore (queda de 4,8% ante 2014).

É estimado ainda que o resseguro aceito pelas resseguradoras locais relacionado a riscos do exterior teve um crescimento perto de 160%, passando de R\$ 450,8 milhões em 2014 para R\$ 1,16 bilhão em 2015, volume expressivo, equivalente a 16,0 % do total do resseguro aceito pelas resseguradoras locais. Ainda de acordo com o levantamento, a sinistralidade das resseguradoras locais passou de 78% em 2014 para 98% em 2015 (61% para o IRB e 142% para o conjunto das outras locais), desempenho influenciado por alguns sinistros de grande monta ocorridos no quarto trimestre de 2015. O Combined Ratio da produção bruta, antes da retrocessão, passou de 92% em 2014 para 113% em 2015 (73% para o IRB e 160% para o conjunto das outras locais).

O resultado após impostos foi de R\$ 943 milhões (R\$ 764 milhões do IRB) tendo sido de R\$ 685 milhões (R\$ 602 milhões do IRB) em 2014. Com estes números, o Return on Equity (ROE) do conjunto de resseguradoras locais foi de 15,2% (24,9% para o IRB e 5,7% para o conjunto das demais Resseguradoras Locais), sendo que em 2014, o ROE foi de 12,6% (21,4% para o IRB e 3,2% para as demais resseguradoras locais).

O resultado positivo na última linha, apesar da grande deterioração dos índices técnicos brutos (com exceção do IRB, quase todas as demais resseguradoras locais), foi influenciado pelos resultados positivos obtidos nas operações de retrocessão e pelos resultados de investi-

mento apresentado pelas resseguradoras locais ao longo de 2015. Fonte: Clipping IRB | Revista Apólice

## GOVERNO VAI LEILOAR RESSEGURADORA PARA FAZER CAIXA

A equipe econômica estuda a viabilidade de fazer uma venda em leilão da resseguradora IRB Brasil Re em substituição à proposta inicial de realizar uma oferta pública de ações (IPO), na Bolsa. A operação de abertura de capital da maior resseguradora do País estava prevista para ser realizada no ano passado, mas foi suspensa por falta de condições favoráveis do mercado em meio ao agravamento da crise econômica. Agora, o governo avalia mudar a modelagem.

Segundo apurou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, o Ministério da Fazenda está conversando com os sócios privados do IRB para tentar fazer um leilão na Bolsa de Valores para alienação da resseguradora no segundo semestre. O governo tem recebido sinalizações importantes de grandes empresas resseguradoras internacionais interessadas na compra do IRB.

A União é sócia majoritária do IRB. Ao lado do governo, fazem parte da composição acionária da empresa a BB Seguros Participações, a Bradesco Auto Re Companhia de Seguros, a Itaú Seguros, a Itaú Vida e Previdência e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona.

Mudança de planos - O pedido de interrupção da oferta de ações foi protocolado em novembro do ano passado, pouco depois da suspensão da operação da Caixa Seguridade, que também teria o capital aberto. As duas operações foram incluídas na previsão de receitas extraordinárias do Orçamento deste ano.

A expectativa é que possam reforçar o caixa do governo e ajudar a diminuir o

rombo das contas públicas esperado para 2016. A expectativa inicial era de que os dois IPOs movimentassem em torno de R\$ 13 bilhões, cifra que foi sendo significativamente jogada para baixo com o agravamento da situação econômica ao longo do ano.

Segundo um integrante da equipe econômica, uma nova modelagem por meio de uma alienação das ações do IRB poderá ser uma operação mais rápida. A transferência de parte do IRB para o setor privado é um projeto antigo do governo.

Em outubro de 2013, o conselho da resseguradora aprovou a abertura de capital, com prazo de implementação em cinco anos. A medida, porém, ficou em banho-maria ao longo de 2014. Em meados do ano passado, pressionado pela queda da arrecadação, o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, retomou a ideia.

O IPO da resseguradora foi programado para o início de outubro e a estimativa, à época, era que ele movimentaria R\$ 4 bilhões. A transação resultaria no recolhimento de cerca de R\$ 1,8 bilhão em tributos, o que reforçaria o caixa federal. Porém, o agravamento da crise política criou um ambiente adverso para o negócio, com uma forte queda no valor estimado dos papéis. Por isso, o plano foi novamente posto em espera. Em 2015, o IRB registrou o maior lucro líquido de sua história: R\$ 764 milhões, quase o dobro do obtido em 2014. O volume de prêmios cresceu 35%, com um total de R\$ 4,3 bilhões de prêmios emitidos no ano passado. O IRB foi fundado em 1939 e por 70 anos teve o monopólio do mercado. Fonte: Estado de São Paulo (Via Capitólio Consulting)

## ÁREA DOS SEGUROS É “PRÓXIMO ALVO DO CAPITAL CHINÊS

As empresas chinesas anunciaram, desde o início de 2015 até à data, nove ope-

rações de fusão e aquisição de seguradoras estrangeiras, colocando aquele setor como o “próximo alvo do capital chinês”, noticia hoje a imprensa estatal.

No conjunto, os negócios ascendem a 8,4 mil milhões de dólares (7,4 mil milhões de euros), um acréscimo de 280%, face a 2014, segundo dados da consultora Dealogic, citados pelo jornal oficial China Daily.

“A tendência evidencia a ambição de conglomerados chineses ricos, como a seguradora Anbang e o grupo Fosun International, em construir um império de investimentos focado no setor dos seguros”, destaca o artigo.

Ambos os grupos quiseram comprar o Novo Banco, numa corrida em que participou também o fundo de investimento norte-americano Apollo, mas nenhum conseguiu chegar a acordo com o Banco de Portugal.

Em 2014, o Fosun pagou mais de mil milhões de euros pela Fidelidade, que detém cerca de 30% do mercado segurador português, num negócio que o China Daily aponta como um dos mais “proeminentes” do grupo. Entretanto, passou a controlar também o grupo Luz Saúde (anteriormente do Grupo Espírito Santo), dono de 18 unidades hospitalares em Portugal.

Este fluxo de investimentos surge numa altura em que as seguradoras europeias “se deparam com exigências regulatórias mais rigorosas e taxas de juro baixas, que reduziram os retornos dos seus investimentos”, conclui o China Daily, que cita diferentes analistas. Os setores da energia e dos recursos naturais eram até há poucos anos os destinos quase exclusivos do investimento chinês além-fronteiras.

As áreas dos serviços e da tecnologia têm, no entanto, assumido maior preponderância, refletindo a transição da

economia chinesa para um modelo mais eficiente e assente no consumo. Fonte: Notícias ao Minuto

## AUTORREGULAÇÃO AINDA POSSUI DESAFIOS A VENCER

O maior problema da autorregulação de seguros no Brasil é encontrar uma forma de fiscalizar todos os corretores de seguros e não apenas os membros que aderirem voluntariamente ao Instituto Brasileiro de Regulação dos Corretores de Seguros – Ibracor.

Durante o XXVI Congresso da Copaprose, realizado no Rio de Janeiro, o consultor Francisco Galiza apresentou um trabalho que mostrou alguns modelos de autorregulação, como o do sistema bancário e do mercado publicitário.

Estes são sistemas de autorregulação voluntária. A IAIS – Associação das Supervisoras de Seguros Internacionais – define um texto de orientação aos mercados de seguros de todo o mundo, o Insurance Core Principles Standards, Guidance and Assessment Methodology. “Neste trabalho, especialmente o capítulo 18, reza sobre a atuação dos distribuidores, mas não oferece aos reguladores um cheque em branco para atuação”, ressaltou Galiza.

No Brasil há 80 mil corretores, e em 2015 foram feitas 10 fiscalizações no local, 10 multas não contestadas e 60 processos foram julgados pela Diretoria Colegiada da Susep. Em 2012, o FMI fez a análise da fiscalização da Susep no Brasil, e recomendou que a supervisão aos corretores fosse obrigatória.

É uma postura louvável da Susep estimular a autorregulação. O modelo de autorregulação voluntária leva a uma questão: “Saber se essa é, de fato, a melhor escolha gera boa discussão, abarcando vários campos de conhecimento, sobretudo jurídicos, econômicos e administrativos”, informou o consultor.

Mesmo reconhecendo a lógica jurídica para a escolha atual, não podemos deixar de concordar que há dois problemas econômicos advindos desta opção. Primeiro, a grande quantidade de corretores. Segundo é o risco de ocorrer um problema econômico denominado de seleção adversa. Só participa da autorreguladora aqueles que atuam com as melhores práticas.

Jorge Vignolo, corretor argentino do Comitê Executivo da Copaprose, disse que este é um tema nebuloso, que em toda a região será motivo para análise e discussão em outros congressos.

“É muito importante destacar que em outras categorias já existem estas entidades e em outros locais do mundo. Isso está intimamente ligado ao desenvolvimento do setor. A preocupação é justamente quanto à adesão voluntária, e este tema deverá ser discutido para ser mais efetivo e para que abarque o maior número de profissionais possível”.

Alexandre Camillo, presidente do Sincor-SP, disse que não há um país desenvolvido sem um mercado de seguros forte. Cabe ao órgão de supervisão promover a integração dos elos da cadeia para criar um ambiente seguro, motivado a se capacitar e estar apto para distribuir o produto de seguro.

Analisando os Princípios Básicos de Seguros estabelecidos pela IAIS, com o objetivo de proporcionar a visão dos desafios e as oportunidades que podem ser desenvolvidas. O papel do intermediário é, entre outras coisas, a difusão da cultura do seguros nos países da América Latina, para criar a consciência da necessidade de proteção.

“A recomendação da Copaprose é exercer efetivo controle e sanção por não cumprimento das condições contratuais, incluindo as más práticas como, por exemplo, a publicidade enganosa, abusos, coerção, sobrepreços, fraudes e lava-

gem de dinheiro”. “O mercado de seguros cresce, mas não evolui, dizia Marco Antonio Rossi, citado por Camillo. O que precisamos de fato é promover o contínuo crescimento, mas que este venha acompanhado de evolução, que passa por condutas e atitudes.

A autorregulação da forma que está não é suficiente, porque não fiscaliza todos os corretores. O tempo hoje é implacável. Gostaria de fazer um apelo para que possamos conduzir a autorreguladora de forma eficaz.

Dizem que a melhor forma de se prever o futuro é efetivamente construí-lo. Sei que temos competência suficiente para fazer isso. Precisamos é ter atitude nesta direção”.

A lei complementar 137 criou o Instituto Brasileiro de Regulação dos Corretores de Seguros e incumbiu à entidade o dever de fiscalizar seus pares.

Fiscalizar preventivamente, processar, julgar e aplicar sanções aos membros associados pelo descumprimento das normas de conduta voluntariamente estabelecidas. Pode também editar estas normas e celebrar e manter convênios com o órgão regulador.

O presidente da entidade, Paulo dos Santos, informou que para se associar ao Ibracor, o corretor precisa aderir ao Código de Ética e recebe um selo de qualidade no mercado, demonstrando o comprometimento do associado com a transparência dos seus atos.

“O grande desafio é atuar preventivamente em relação às normas legais e regulamentares, mas combater com rigor as más práticas profissionais, no papel de auxiliar da Susep”, disse Santos.

Um serviço que pode ser prestado à Susep são propostas de revisão de normas legais e regulamentares. Fonte: Revista Apólice



# Pellon & Associados

A D V O C A C I A

**resseguro**  
ONLINE

## **Publicação do Escritório Pellon & Associados Advocacia**

Luís Felipe Pellon  
Sergio Barroso de Mello

Esta publicação destina-se exclusivamente para fins de informação geral e não deve servir de base nem ser usada para qualquer propósito específico. O Escritório Pellon & Associados não será responsável pela confiança depositada nas informações contidas ou citadas e isenta-se especificamente de qualquer responsabilidade a elas relacionadas ou decorrente desse uso. As informações contidas ou citadas nesta publicação não constituem nem substituem o aconselhamento jurídico, contábil ou profissional e não devem ser encaradas como tal. O serviço de Clipping (elaborado originalmente por outros veículos) e inseridos nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do Escritório Pellon & Associados.

**A reprodução de qualquer matéria**  
depende de prévia autorização.

**Projeto gráfico**  
Mônica Grynberg Cerginer  
Assessoria de Comunicação de  
Pellon & Associados Advocacia

**Bibliotecária responsável**  
Vaneza Fernandes CRB7 5090

**Publicação Online**  
Imagens retiradas da internet de domínio público.

**Atendimento ao leitor:**  
monica.cerginer@pellon-associados.com.br

Rio de Janeiro  
Rua Desembargador Viriato, 16  
Centro - CEP: 20.030-090  
Telefone: 55 21 3824-7800

**Escritórios:** Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória.

**Escritórios Correspondentes:** A atuação do Escritório acontece em qualquer órgão judicial do país através de uma sólida e competente rede de advogados correspondentes que atuam em apoio às nossas ações.

Os anos de experiência e expertise em Seguros e Resseguros nos levou a ampliar nossa atuação em Telecomunicações, Contencioso e outros ramos de atividades.

Nossa conexão com o exterior através de convites para palestras e parcerias com escritórios de fora do país, nos levou ao reconhecimento de importantes Guias Internacionais.

## **Áreas de Atuação:**

Seguro e Resseguro | Previdência e Capitalização  
Direito Bancário | Corporate Affairs Area | Relações  
de Consumo | Telecomunicações | Concessões de  
Rodovias | Serviços, Comércio e Indústria | Trabalhista,  
Societário e Tributário | Mediações e Arbitragens |  
Operações e Contratos Internacionais | Direito  
Regulatório | Licitações e Contratos Administrativos |  
Contratos Nacionais e Internacionais | Cobranças e  
Ressarcimentos | Tecnologia da Informação e Internet |  
*Due diligences* e levantamento de passivo judicial |  
Imobiliário

Pellon & Associados Advocacia

**Rio de Janeiro**

Edifício ALTAVISTA,  
Rua Desembargador Viriato, nº 16 - Centro  
CEP 20030-090  
Telefone: (21) 3824-7800  
Fax: (21) 2240-6907

**São Paulo**

Edifício Olivetti,  
Av. Paulista, 453, 8º e 9º andares, Centro  
CEP: 01311-907  
Telefone: (11) 3371-7600  
Fax: (11) 3284-0116

**Vitória**

Edifício Palácio do Café,  
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675,  
Enseada do Suá, Salas 1.110/17 - 11º andar  
CEP: 29050-912  
Telefone: (27) 3357-3500  
Fax: (27) 3357-3510

corporativo@pellon-associados.com.br  
[www.pellon-associados.com.br](http://www.pellon-associados.com.br)

